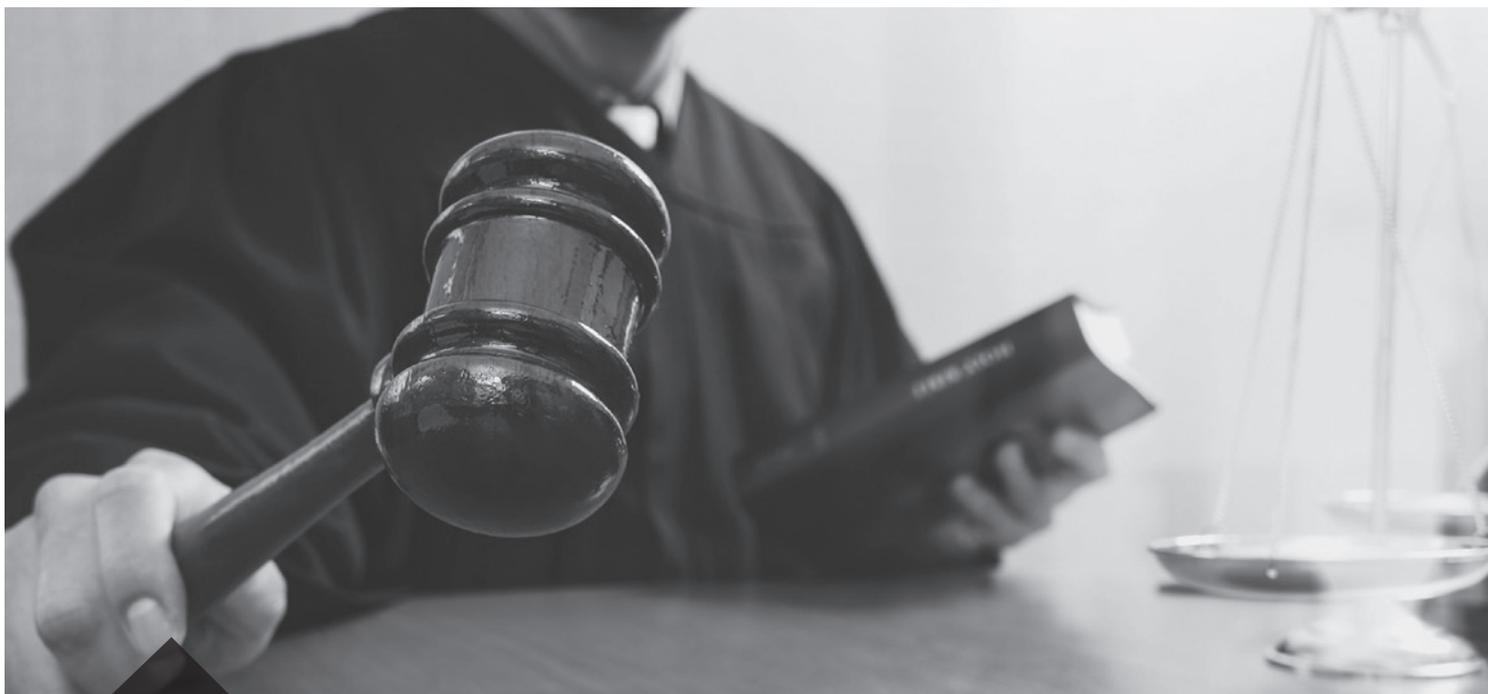


JUDICIÁRIO



O mês de março foi intenso para a turma de Sérgio Moro na conjuntura política brasileira. O grupo político criado na Operação Lava Jato encontrou limites institucionais no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Câmara dos Deputados. Resta entender quais serão as respostas.

Parte dos movimentos sociais e o PT têm alertado, há anos, que a Lava Jato se tornou uma força ativa e articulada na conjuntura política brasileira. Em que pese o fato de que esse não é o papel do Poder Judiciário e do Ministério Público (MP), a verdade é que a operação proporcionou a criação de um grupo político que interferiu no processo democrático, ajudou a viabilizar o golpe de 2016 e acabou por dar força fundamental à eleição de um projeto autoritário e retrógrado. A grande imprensa e parte das forças políticas brasileiras incensaram esse processo e se calaram ante os absurdos cometidos pela maior perseguição política ocorrida no país pós-1988.

Desde os convenientes vazamentos de grampos ilegais na Presidência da República, passando pela absurda prisão de Lula, pela seletividade das investigações e das prisões, a influência da Lava Jato na cena política brasileira já era mais do que óbvia. Moro foi premiado em quase todas as celebrações da elite e conquistou um grande espaço político no governo Bolsonaro.

A configuração de um cenário de criminalização da política e da supremacia de uma burocracia judicial

sobre as instituições democráticas proporcionaram a ideia na opinião pública de que a presença de Moro no Ministério da Justiça era um fortalecimento do combate à corrupção. No entanto, desde a configuração de sua equipe, o ex-juiz mostrou que se trata de um projeto de poder, bem estruturado e articulado a partir de Curitiba. Não é mero acaso que praticamente todo o primeiro escalão do ministério tenha sido preenchido por quadros oriundos da Lava Jato no Paraná.

Desde então, a principal ação do ministério foi a apresentação do projeto de lei “anticrime”, num movimento que se estruturou enquanto o restante do governo se mobilizava para apresentar o projeto da reforma da Previdência. Essa confusão de agenda, indica originalmente um anacronismo dos grupos que comandam o Brasil nesse momento, mas também demonstra que o grupo político de Moro segue atuando de forma autônoma e descomprometida com a lógica institucional da política brasileira.

Nesse contexto, o MP-PR, em conluio com a diretoria da Petrobras e apoiado pela juíza Gabriela

Hardt, teve a ideia de reverter para si recursos bilionários pagos a título de multa pela estatal nos Estados Unidos para a criação de um fundo privado. Em menos de três meses, o partido da república de Curitiba incomodou a cena política brasileira. Só que dessa vez, o “lavajatismo” entrou em rota de colisão com o STF e com Rodrigo Maia.

A iniciativa do fundo, chamado por Gilmar Mendes de “fundo partidário” é uma excrescência jurídica completa. Ela daria poderes e recursos à margem da lei para promotores de primeira instância e criaria uma verdadeira estrutura paralela capaz de desestabilizar ainda mais a democracia no Brasil. Depois de cinco anos de complacência com Moro e sua turma, o STF resolveu agir. Vários ministros do Supremo saíram em ataque ao projeto, e o ministro Dias Toffoli suspendeu a validade do acordo que criava o fundo.

Na mesma semana, por 6 a 5, a corte decidiu pela competência da Justiça Eleitoral para o julgamento de crimes conexos ao crime de caixa dois. Trata-se de uma necessária limitação ao ilegal escopo de atuação da Lava Jato, já que, sem a menor autorização legislativa, Curitiba se tornou o ponto de partida do julgamento dos casos de corrupção em todo o Brasil, e a Justiça Federal passou a julgar crimes que não lhe cabem, se valendo de métodos de investigação, aplicação e execução de pena flagrantemente inconstitucionais.

Por outro lado, questionado sobre a tramitação do projeto de lei “anticrime”, o presidente da Câmara deu entrevista em que atacou fortemente Sérgio Moro: “Eu acho que ele conhece pouco a política, eu sou presidente da Câmara, ele é ministro, funcionário do presidente Bolsonaro, então é o presidente Bolsonaro que tem que dialogar comigo. Ele (Moro) está confundindo as bolas, ele não é presidente da República, ele não foi eleito para isso. Está ficando uma situação ruim para ele, porque ele está passando daquilo que é responsabilidade dele”.

Eis o encontro de Sérgio Moro com os limites e intercorrências da correlação de forças. Essa obviedade própria do jogo democrático não era evidente para quem passou anos criminalizando a política e perseguindo aqueles que pensam diferente dele. No

entanto, engana-se aquele que acredita que o ex-juiz perdeu a sua influência sobre o Poder Judiciário.

Ao condenar Lula injustamente pela segunda vez, Gabriela Hardt (a substituta de Moro) copiou trechos inteiros da primeira sentença do ex-presidente, escrita pelo atual ministro da Justiça. Da mesma forma, a juíza havia homologado o fundo de Dallagnol, afirmando o “merecimento” do MPF do Paraná para administrar os recursos.

O grupo político segue atuando de forma articulada e coordenada pelo seu chefe, que agora possui uma frente de atuação no governo Bolsonaro, além dos já conhecidos braços na Polícia Federal, no Ministério Público e no Judiciário. Ao longo dos anos, o “lavajatismo” construiu o seu sucesso com base no “timing” das prisões e arbitrariedades.

E então, Michel Temer foi preso. Pode ser que seja só uma coincidência. Pode ser também que o sucesso na opinião pública das prisões midiáticas e espetaculares da operação ao longo dos últimos anos não tenha efeito sobre a popularidade do grupo político de Moro. Pode ser que Marcelo Bretas não tenha pensado sobre a legítima restrição de competência da operação (apesar de citá-la diversas vezes na decisão que determinou a prisão de Temer). Pode ser que quase três meses depois da posse de Bolsonaro, só agora a Lava Jato tenha percebido que Temer deveria ser preso.

É essencial destacar que nunca uma prisão pode ser uma resposta política para nada e para ninguém. Nenhum regime democrático pode aceitar que investigações e processos judiciais sejam utilizados para influenciar a conjuntura. Contra Lula, Dilma e o PT as instituições deixaram que isso acontecesse. Agora, o mesmo veneno se volta contra aqueles que se aproveitaram politicamente dos abusos da Lava Jato.

Está claro que o grupo político da Lava Jato é mais importante para Moro do que o próprio governo. Ele achou que a independência prometida por Bolsonaro significava a prevalência de seus interesses e opiniões pessoais às do governo. Isso pode ter custado a reforma da Previdência e a própria estabilidade de um já combatido Bolsonaro. Mas a nomeação de Moro era “meramente técnica”.